

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

----- **SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA - SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** -----

-----**ATA NÚMERO CENTO E QUATRO**-----

----- Aos primeiros vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rute Sofia Florêncio Lima Jesus, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, José Vítor dos Reis, Miguel Martins Agrochão, Ana Luísa Flores de Moura e Regedor, Igor Boal Roçadas, Ana Paula da Silva Viseu, Patrocínia Rodrigues Vale

DRAFT

César, Silvino Esteves Correia, Catarina Canongia de Alpoim de Gouveia Homem, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Luís Manuel Inês Cavaco, Fernanda Coelho, Idália Maria Jorge Poucochinho Morgado Aparício, Gabriel Baptista Fernandes, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Luís Graça Gonçalves, Nelson Pinto Antunes e Ricardo Filipe Barbosa Santos. -----
----- Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal:-----
----- Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira.-----
----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----
----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Idália Maria Jorge Poucochinho Morgado Aparício. -----
----- Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves (PS), Presidente da Junta Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César. -----
----- Davide Miguel Santos Amado (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Fernanda Coelho. -----
----- Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (PS), Presidente da Junta Freguesia de Beato, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Silvino Esteves Correia.-----
----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Regedor. -----
----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Igor Roçadas.-----
----- Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu. -----
----- Cristina Maria Begonha (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputado Municipal Luís Cavaco.-----
----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ricardo Filipe Barbosa Santos.-----
----- Margarida Maria Moura da Silva de Almeida Saavedra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----
----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Patrícia de Oliveira Caetano Barata. -----
----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves. -----
----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Vítor Reis.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Nuno Ricardo Dinis Abreu.-----

----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Miguel Agrochão.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros.-----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes.-----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Catarina Homem.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Saraiva, Catarina Albergaria, Catarina Vaz Pinto, Manuel Salgado e Rui Franco (em substituição de João Afonso).-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte.-----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a Reunião.-----

----- Seguidamente fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tinha várias informações a dar-vos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas. -

----- Em primeiro lugar dizer-vos que hoje não temos intervenção do público, é uma continuação de sessão ordinária.-----

----- Há um pedido do Senhor Vereador João Paulo Saraiva para que o ponto da ordem de trabalhos que lhe diz respeito seja tratado antes, ou seja, a questão do contrato-programa com a EGEAC seja tratada antes do Plano Municipal de Resíduos, se não houver inconveniente dos Senhores Deputados assim se fará, porque o Senhor Vereador tem depois uma reunião importante e não poderá continuar aqui. Portanto, era esta indicação que eu vos queria dar.-----

----- Também vos queria dizer que chegou ao meu conhecimento hoje ao final da manhã um requerimento apresentado pelo BE sobre a Proposta 814, a pedir para ser suspensa a sua votação. O requerimento tem uma série de considerandos, penso que foi distribuído, mas não sei se terão tido tempo para o analisar. Eu não tive, não tive tempo para o analisar devidamente e, portanto, a indicação que dou é que este assunto não seja visto hoje, porque eu quero ver isto em conferência de representantes que é onde normalmente estas matérias são vistas, quando algum partido tem algum problema com alguma proposta, é normalmente em sede de conferência de representantes que nós analisamos esses problemas. E, portanto, desde já informo que a Proposta nº 814 e a Proposta nº 12 que estão juntas, também não serão analisadas hoje por esta razão, por haver um requerimento que eu ainda nem sequer tive tempo de o analisar. Enfim, ontem foi feriado, ele foi entregue ontem às 9 horas da noite no *email* da Assembleia e eu só o pude ver hoje ao fim da manhã. Portanto, dar-vos essa indicação para saberem como conduzir o tempo desta reunião.”-----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO DA ALÍNEA B) DA PROPOSTA 105/CM/2016 – ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO COM A EGEAC, EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, E.M., EM 9 DE DEZEMBRO DE 2015, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DOS ARTIGOS 31.º E 47.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDACÇÃO ATUAL, E DO ARTIGO 3.º, N.º 2, ALÍNEA D), DO ARTIGO 4.º, N.º 3, ALÍNEA A) E DO ARTIGO 20º, N.º 1, ALÍNEA C), TODOS DOS ESTATUTOS DA EGEAC, E.M. PUBLICADOS NO 1.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 993, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 1ª E 7ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “E, sendo assim, íamos começar então se não houver objecções e daqui da Mesa também não tenho nenhuma indicação em sentido contrário, nós vamos começar então com a Proposta nº 105 que é a adenda ao contrato-programa com a EGEAC. -----

----- O Relator da proposta foi o Senhor Deputado Pedro Cegonho, ele está aí presente sim senhor. E eu pedia ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva se quer fazer uma apresentação simples da proposta, ela foi já apresentada, ela é conjunta, sua e da Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto, mas ela não está. Portanto, na parte que diz respeito ao contrato-programa que é o que depende de deliberação da Assembleia eu pedia ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva se quer apresentar a proposta?”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos. Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Bem, a proposta já foi muitíssima debatida, aliás, numa reunião conjunta da Comissão de Finanças e Cultura. Como é que eu a resumiria, no fundo, estamos me presença de uma proposta que vai transferir um conjunto de equipamentos do Município de Lisboa para a sua empresa municipal, detida a 100%, EGEAC, dando uma maior expressão e uma maior capacidade à dita empresa, permitindo que os equipamentos municipais possam ser geridos de forma coordenada e, portanto, tornando essa gestão mais eficiente e mais eficaz relativamente aquilo que é a missão da empresa, reforçando essa missão e permitindo à Câmara Municipal de Lisboa e ao seu pelouro da cultura, dessa forma, fazer mais e melhor.-----

----- Estas alterações ao contrato-programa, esta adenda ao contrato-programa com a EGEAC, teve um conjunto de premissas. Transitaram em primeiro lugar os trabalhadores desta área que assim o entenderam, portanto, foi uma vontade tripartida entre os trabalhadores individualmente considerados, o Município de Lisboa e a EGEAC, foram 50 trabalhadores. -----

----- Do ponto de vista financeiro as transferências efectuadas tenderam para a neutralidade, ou seja, aquilo que eram os custos do Município com estes equipamentos mantiveram-se quando passaram para a EGEAC. E o que se procura ao longo dos próximos anos é prestar cada vez um melhor serviço, aumentando e gerando mais receitas, aumentando de forma consistente o número de visitantes e,

portanto, a performance desses mesmos equipamentos, de visitantes e utilizadores desses mesmos equipamentos e diminuindo gradualmente aquilo que é o valor de subsídio à exploração contemplado no contrato-programa respeitante a estes equipamentos. -----

----- A EGEAC naquilo que é sua história recente tem-nos habituado a que todos os equipamentos que têm passado para a sua gestão, aumenta-lhe a eficiência e, portanto, diminui os custos que o Município tem com o subsídio à exploração ao longo do tempo e aumenta aquilo que são as receitas geradas com esses mesmos equipamentos.-

----- Com esta operação libertámos também alguns trabalhadores que estavam afectos a estas áreas que ficaram no Município e vão reforçar os trabalhadores que são necessários para a abertura de novos equipamentos culturais, nomeadamente e de maior expressão para citar o mais importante em número, a Biblioteca de Marvila. -----

----- E assim de uma forma muito sucinta, é este o princípio que está subjacente a este contrato-programa e que representa a adenda que está presente aos Senhores Deputados para análise e votação.-----

----- Obrigado” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Pergunto ao Senhor Deputado Relator, o Senhor Deputado Pedro Cegonho...precinde da apresentação do parecer.-----

----- Chamo a vossa atenção que com base no parecer da 1ª e 7ª Comissão que foi aprovado, salvo erro, por unanimidade, não, foi aprovado por maioria, com base nesse parecer foi extraído o parecer, as conclusões e as recomendações e, portanto, está à vossa consideração a Recomendação nº 14/103 que resulta directamente do parecer, as conclusões e depois a parte de recomendações à Câmara sobre esta matéria. -----

----- Há vários Senhores Deputados inscritos, portanto, a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, excelentíssima Mesa, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- O PCP já aqui afirmou várias vezes e também na Câmara que o esvaziamento do Pelouro da Cultura significa obviamente o reforço da EGEAC, mais actividade da empresa municipal, menos actividade, menos conteúdos de um pelouro que deve ter uma direcção política e que fica uma direcção cada vez mais esvaziada, cada vez menos presente no desenvolvimento de programas culturais, de uma linha de trabalho ou de diversas linhas de trabalho que, de facto, viessem fortalecer a capacidade crítica, a cultura, o bem-estar da população de Lisboa. -----

----- Portanto, somos contra a transferência destes equipamentos culturais, como fomos anteriormente em relação à transferência de outros equipamentos, exactamente por isso. Portanto, não estamos de acordo com esta transformação do Pelouro da Cultura numa mera figura de retórica. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Tiago Cruz (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, amigos e camaradas. -----

----- Eu acompanho também esta preocupação do Deputado do PCP, obviamente causa alguma estranheza a expansão do perímetro de equipamentos culturais, a quase todos os equipamentos culturais da cidade estarem abrangidos e serem absorvidos pela EGEAC. Contudo, conhecemos bem as incompatibilidades de gestão em que o regime, o regime jurídico digamos, da Câmara tem e que os *timings* necessários para a produção cultural, por isso, temos entendido como necessário o trabalho da EGEAC e o trabalho meritório que têm feito nesta área. Contudo há aqui alguma preocupação, que já na discussão de Dezembro sobre o contrato-programa com a EGEAC trouxemos aqui, que era um enfoque, enfim, um bocadinho por pressão do regime feito pelo anterior Governo sobre empresas municipais, em que não incluía nenhuma excepção para empresas municipais de cultura, um enfoque para a pressão de auto-sustentabilidade sobre ameaça de extinção. -----

----- Isso criou uma cultura de gestão de equipamentos culturais, uma pressão para criação de receita, também a nível de ética. Essa preocupação tornou-se estrutural no pensamento. Onde é que se vai buscar mais receitas de bilheteira? Obviamente turistas e, por isso, sendo assim há um pendor natural para gerir os equipamentos culturais virados para captação de público turista e isso tem consequências. -----

----- Eu, sem querer contaminar esta discussão com episódios tristes de políticas públicas de cultura deste País, mas o caso que António lamas queria trazer para o eixo de Belém trazido dos ‘Parques de Sintra’, é o que nós devemos evitar na nossa relação com a EGEAC. O ‘Parques de Sintra’, hoje uma família de dois adultos e duas crianças tem de pagar 250€ para visitar todo o complexo do ‘Parques de Sintra’ e isto resulta, obviamente, do que ele chama de optimização de recursos. -----

----- Essa preocupação está vedada pelo princípio de coesão social no contrato-programa com a EGEAC e, isso tem que permanecer uma preocupação central na gestão que a EGEAC vai ter destes equipamentos que agora vai assumir, porque nós reparamos, enfim, com devida nota que há uma projecção de aumento de receita de bilheteira que quase triplica ou quadruplica. -----

----- Eu espero para futuro e o BE deixa a nota, que isso não se traduza numa política de bilheteira que impossibilita o acesso dos cidadãos Portugueses e de Lisboa aos equipamentos culturais de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados. -----

----- Aquilo que o PS queria acrescentar a esta discussão, é o de vincar que esta proposta de adenda ao contrato-programa celebrado entre a EGEAC e a CML traduz-se num instrumento de gestão, que a nossa ver torna mais eficiente a gestão dos museus municipais. Estamos a falar dos vários núcleos do Museu de Lisboa, do Museu do Aljube, Museu Bordalo Pinheiro, Teatro Aberto, Galeria da Mitra, entre

outros edifícios, projectos estes que beneficiam de estarem integrados na gestão de uma empresa municipal que já acolheu outros equipamentos municipais, para além de gerir equipamentos como o Padrão dos Descobrimentos e o Castelo de São Jorge, o que a nosso ver traz componentes de eficiência e eficácia na gestão de toda a rede cultural municipal. Para além de que, das audiências efectuadas em sede de comissão, concluímos que a verba que está prevista adicionar à transferência já aprovada no contrato-programa é suficiente para cobrir as responsabilidades que transitam. -----

----- Achamos ainda que a gestão e as sinergias que se conseguem da gestão conjunta destes equipamentos pela EGEAC, também melhorarão aquilo que é a prestação de serviços públicos culturais à cidade pela EGEAC. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Mesa não regista mais inscrições. Não sei se do lado da Câmara o Senhor Vereador João Paulo Saraiva quer acrescentar alguma coisa? Tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rapidamente Senhora Presidente e Senhores Deputados. -----

----- Só para dizer que não posso, não podemos, nós maioria, partilhar uma visão que de alguma maneira a forma como é explicitada, nomeadamente pelo Senhor Deputado Modesto Navarro, com todo o respeito e consideração, esquece que as empresas municipais fazem parte do universo municipal. E quem dá as orientações estratégicas e monitoriza toda a gestão das empresas municipais, as orientações estratégicas, as orientações operacionais, quer seja do ponto de vista sectorial, portanto, nas questões, neste caso desta empresa em particular, culturais, da estratégia da cultura do Município, mas também as orientações de gestão e patrimoniais, é o mesmo, é o Município. -----

----- E, portanto, fazendo parte a empresa do universo municipal, sendo ela orientada pelo seu accionista único, não podemos de maneira nenhuma dizer que esvaziámos o Pelouro da Cultura. Porque é, de facto, um outro instrumento, uma outra forma de gerir, liberta a Direcção Municipal de Cultura para as questões mais estratégicas e para a gestão de um conjunto de outros equipamentos de outra natureza e de maior proximidade e entrega a uma empresa que é 100% municipal, essa gestão dos outros equipamentos que estamos agora aqui a falar. -----

----- Quanto à questão da orientação para um público tendencialmente mais turístico, que o Deputado Tiago Cruz enunciou, também evidentemente que não a partilhamos. Aliás, a mim pareceu-me mais um receio que outra coisa e eu o que queria tranquilizá-lo, é que não tenha esse receio. Porque, aliás, é evidente na forma como se tem gerido os equipamentos municipais que essa mesma visão é partilhada porque o que de facto aqui temos estado em presença é que alguns equipamentos, têm pela sua capacidade de gerar receita alimentado os custos dos outros equipamentos, o que permite um equilíbrio dos equipamentos municipais, permitindo algumas abordagens de grande

público, mais massificadas, mais turísticas, mas também todas as outras mais específicas e outros públicos e públicos alternativos. -----

----- E, portanto, essa preocupação a mim parece-me claramente infundada à luz daquilo que tem sido a prática dos últimos anos e aquilo que é o plano que está, digamos, agregado a este contrato-programa e as orientações estratégicas que nele estão subjacentes. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Eu ia chamar a atenção que já tinha esgotado o seu tempo, mas como terminou vamos prosseguir. -----

----- Temos o Senhor Deputado Modesto Navarro que pediu a palavra novamente, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador, de facto, a ausência de política cultural séria e no sentido popular, no melhor sentido para Lisboa, já não existe há muito tempo. De onde essas teses colhem facilmente, rentabilização, mais eficácia, etc., etc.. -----

----- O que acontece nesta cidade de Lisboa é que os 3000 privilegiados têm acesso ao teatro, à música, ao livro, etc., etc., mantém-se e aumenta a quantidade de pessoas em Lisboa que não fruem da vida cultural. E a Constituição da República diz, fruição e criação culturais, é um direito e um dever do Estado e a CML pertence ao Estado, criar condições de desenvolvimento cultural para que as pessoas pratiquem, para que as pessoas possam fruir o melhor da cultura. -----

----- E aquilo que está a acontecer é, de facto, uma ausência de política cultural deliberada do ponto de vista ideológico, não tenhamos a menor dúvida. É não desenvolver a população da cidade, não dar instrumentos críticos, não dar condições de participação e de criação, porque sabe perfeitamente que havendo o mínimo de condições, do ponto de vista popular podem surgir escritores, atores, etc., etc.. -----

----- E, não há aqui nunca uma palavra para o teatro amador, enquanto noutros concelhos se desenvolvem programas que são, de facto, resposta às evidências de incultura, de atraso, etc., etc., no sentido do desenvolvimento integrado, como dizia Bento Jesus Caraça e escreveu, não é, e defendeu. Em Lisboa isso é um deserto. -----

----- Por isso, de facto, o Pelouro da Cultura do ponto de vista das suas responsabilidades é cada vez mais um vazio e um deserto, mas vocês substituem pelo negócio, por aquilo que depois é rentável, etc., etc., mas para as tais minorias já privilegiadas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ainda bem que o PSD resolveu intervir e acho que deve intervir, como qualquer força política representada nesta Assembleia. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Vereadora, Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar nós achamos e acho que é nosso dever, considerar a cultura como um bem que é oferecido, como muito bem foi dito pelo Deputado Modesto Navarro, que tem que ser fruído pela população. E a passagem quase total, daquilo que são as áreas de interesse cultural, para uma empresa municipal, que é municipal, que de alguma forma está no universo da Câmara, mas que não tem o escrutínio político que tem a vereação, numa área tão importante como a cultura, merece algumas considerações e merece alguma cautela.-----

----- Porque actualmente eu pergunto, o Senhor Vereador Saraiva referiu-se que havia que os mais importantes equipamentos ficavam na órbita e na área da gestão da Câmara, mas não, que eu saiba só algumas bibliotecas. Porque aquilo que ainda não está, nomeadamente os teatros, os museus, etc., aquilo que ainda não está, o Castelo de São Jorge, o Padrão dos Descobrimentos, aquilo que ainda não está acabará por passar mais dia, menos dia, ou seja, que é o MUDE que ainda não está. Ainda estão a pensar qual será a fórmula que se vai dar em termos de gestão ao MUDE, de resto, praticamente está tudo e, mesmo as bibliotecas, uma grande parte delas, estão nas juntas de freguesia. Portanto, pergunta-se, ou há Pelouro de Cultura ou há EGEAC, as duas coisas é que parece que não são compatíveis.-----

----- Nós temos uma posição naturalmente crítica em relação a essa matéria, admitimos que isto não sai do âmbito da Câmara, portanto, admitimos que ainda há algum controle, mas é um controle que por exemplo não passa por aqui, é um controle que não passa por uma análise política verdadeira e profunda da Assembleia Municipal.-----

----- E numa área como a cultura será que isso é suficiente?-----

----- Será que é suficiente ter um representante na gestão da EGEAC? Que é o representante único da Câmara.-----

----- Será que aquilo que são as orientações estratégicas que a Câmara dá a esse representante, que tem plenos poderes, é único, é a assembleia, ele próprio é a assembleia geral. Será que isso é suficiente?-----

----- Pois nós temos dúvidas e como temos dúvidas sobre esta matéria, dando alguma benevolência à Câmara, nós vamos abster-nos, mas temos dúvidas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- A Câmara pediu a palavra, naturalmente.-----

----- Tenho aqui cedências de tempo, 1 minuto do PS, 3 minutos do PNP, portanto, pedia ao Senhor Vereador para não exceder este tempo porque é o último tempo que tem disponível.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente serei muito breve.-----

----- Mas, só para dizer, como é evidente, o que está aqui em causa é o contrato-programa. Poderíamos entrar pela política cultural, não serei eu a pessoa mais abalizada para o fazer, portanto, terá que ser noutra oportunidade.-----

----- Mas, a mim parece-me claro que a política cultural do Município é muitíssimo consistente, diversificada, cada vez mais robusta. Recordo que ela é de tal maneira robusta e reconhecida que até há pouco tempo atrás mereceu a aprovação de uma candidatura a Capital Ibero-Americana da Cultura e que será mais uma cereja em cima de um bolo, ele já em si mesmo muito importante. -----

----- O número de pessoas que usufruem dos nossos equipamentos, sejam eles de gestão directa do Município, sejam eles de gestão do Município através das suas empresas municipais, é cada vez maior e mais diversificado. E, ainda conseguimos melhorar a nossa oferta e a nossa capacidade de criar novos polos na cidade que tenham interesse turístico, com esses mesmos equipamentos. -----

----- E, portanto, digamos que tudo isto fala por si e, evidentemente há muita coisa que certamente não estaremos inteiramente de acordo, mas sobre este ponto de vista, a mim parece-me que há evidências que não poderemos negar. -----

----- Quanto à questão do escrutínio que o Município pode ter, que o Senhor Deputado Vítor Gonçalves referiu há pouco, do escrutínio que o Município nos seus diferentes órgãos podem ter e devem ter sobre as empresas municipais. Apesar de uma alteração legislativa que mexeu aqui de alguma forma nesta abordagem e nestas questões que se relacionam com o escrutínio, salvo erro até alterações que foram proporcionadas e que foram aprovadas no tempo em que o PSD era Governo. -----

----- Mas, a mim não me parece mesmo assim que o Município tenha grandes dificuldades em fazer essa monitorização e esse escrutínio de tudo o que se passa nas empresas municipais. As empresas municipais estão obrigadas à mesma legislação de contratação pública, portanto, não há alterações de monta na do que é o escrutínio público sobre aquilo que são as contratações. E, por outro lado, a CML é ela que analisa a prova e mandata os seus representantes para aprovar os planos de actividade, os planos plurianuais, as contas das empresas. E, a qualquer momento, esta Assembleia pode, aliás, como tem sido prática, chamar quem superentende nas diferentes áreas os Vereadores para esclarecer todos os assuntos que lhes pareçam convenientes e também as administrações das empresas municipais. -----

----- Portanto, não me parece que exista aqui algum problema de escrutínio. Há, de facto, uma outra abordagem, uma outra forma de gerir, são outros instrumentos de gestão, são empresas, mas isso, em si mesmo, não lhes confere nenhuma opacidade, nem nenhuma dificuldade de escrutínio por parte dos eleitos locais que podem a todo o tempo verificar tudo o que se passa em todas as empresas municipais. -----

----- E, portanto, é um instrumento diferente, tem maior flexibilidade por exemplo na contratação de pessoas, apesar de ter um conjunto de limitações que os orçamentos dos últimos anos lhe têm vindo a impor, mas é apenas um instrumento diferente. -----

----- O Município detém todos os poderes sobre as empresas municipais. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Senhores Deputados vejo que não há neste momento mais pessoas inscritas. -----

----- E estamos em condições então de passar à votação, primeiro a proposta e depois a recomendação caso a proposta seja aprovada.-----

----- O que temos que votar na Proposta n.º 105/CM/2016 é apenas alínea b), portanto, estivemos aqui a discutir matéria relacionada com a transferência de equipamentos, mas essa matéria não é competência da Assembleia, já foi aprovada pela Câmara. O que é sim competência da Assembleia Municipal, é a alínea b) que tem a ver com a adenda ao contrato-programa e a respectiva minuta onde esse explica as condições desta adenda e, nomeadamente, o valor a transferir que é o que está referido na alínea c), 2.550.777€-----

----- Portanto, o que vou pôr à votação é apenas a alínea b) da Proposta n.º 105/CM/2016, a adenda ao contrato-programa.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Alínea b) da Proposta n.º 105/CM/2016**, apresentada pela CML. A alínea b) da Proposta n.º 105/CM/2016 foi **aprovada** com os votos contra de PCP, PEV, CDS-PP, MPT, abstenção de BE, PSD, PAN e votos a favor de PS, PNPN e 6IND.-----

----- (A *Proposta n.º 105/CM/2016 – ‘Adenda ao contrato-programa celebrado com a EGEAC, Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., em 9 de Dezembro de 2015’*, apresentada pela CML, fica anexada à presente ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- (O *Parecer da 1.ª e 7.ª Comissão Permanente sobre a Proposta n.º 105/CM/2016*, apresentada pela CML, fica anexada à presente ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- Agora sim passamos à Recomendação n.º 14/103. -----

----- A recomendação tem os dois primeiros pontos que são pontos introdutórios e depois tem um ponto deliberativo, propriamente de recomendações à Câmara que são duas recomendações. A primeira que tem a ver com a conclusão do processo de transferência, à excepção do MUDE, e a segunda com, portanto, uma recomendação que a EGEAC deve manter o investimento na preservação, requalificação e divulgação do património edificado e imaterial e também a gestão do edificado dos teatros municipais.-----

----- Portanto, o BE pede a votação separada das Alíneas a) e b), portanto, sendo assim vamos passar a votar. É a votação separada das Alíneas a) e b), correto?-----

----- Vamos passar a votar a Alínea a) da Recomendação n.º 14/103, é preciso ler? É melhor ler, portanto, a recomendação cita as conclusões do parecer e diz: -----

----- ‘À luz destas conclusões a 1.ª e 7.ª Comissões Permanentes, propõe ao Plenário da Assembleia Municipal que aprove as seguintes recomendações à Câmara: -----

----- a) Com vista à concretização de um objectivo estratégico da CML, definido em 2011, à prossecução da missão da EGEAC e a uma gestão integrada dos equipamentos culturais da cidade, numa lógica de serviço público, importa agora concluir o processo de transferência dos equipamentos municipais ainda na esfera da Câmara Municipal, à excepção do Mude - Museu do Design, que não será transferido para a EGEAC até ser definido um novo modelo de governança que envolva outras entidades públicas e privadas;’. Isto é a Alínea a).-----

----- A Alínea b), ‘A EGEAC deve manter o investimento na preservação, requalificação e divulgação do património edificado e imaterial, sendo que lhe compete, também, a gestão do edificado dos Teatros Municipais.’. -----
----- Portanto, são estas duas Alíneas. -----
----- Estamos em condições de votar a Alínea a)? -----
----- Ninguém me sinaliza o contrário, vamos pôr à votação a alínea a) desta recomendação.-----
----- A Mesa vai pôr à votação a **Alínea a) da Recomendação n.º 14/103**. A Alínea a) da Recomendação n.º 14/103 foi **aprovada** com os votos contra de PCP, CDS-PP, PEV, abstenção de PSD, BE, PAN, MPT e votos a favor de PS, PNPN e 6IND.-----
----- Vamos então votar agora a Alínea b), que tem a ver com o que eu já disse, manter o investimento naquelas várias dimensões. -----
----- A Mesa vai pôr à votação a **Alínea b) da Recomendação n.º 14/103**. A Alínea b) da Recomendação n.º 14/103 foi **aprovada** com os votos contra de PCP, CDS-PP, PEV, abstenção de PAN, MPT e votos a favor de PS, PSD, BE, PNPN e 6IND.-----
----- (A **Recomendação n.º 14/103 sobre a Proposta n.º 105/CM/2016**, fica anexada à presente ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----
----- Terminámos a discussão e apreciação deste Ponto 2 da nossa ordem de trabalhos.
----- Declaração de Voto do MPT e do CDS-PP. E do PSD? Presumo que é isso, o Senhor Deputado está a fazer-me um sinal que eu não entendo. Uma interpelação à Mesa do Senhor Deputado, faça favor.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----
----- “Só achei estranho e é porque esse facto seja considerado, é que a meio da votação o Vereador que apresentou a proposta, portanto, que ainda estava em votação, abandona a Assembleia. Eu acho isso uma desconsideração, mas tudo bem.” -----
----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhor Deputado agradeço a chamada de atenção, embora não seja propriamente uma interpelação à Mesa, é uma chamada de atenção à Câmara.-----
----- Sucede que a proposta é de dois Senhores Vereadores, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva e a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto, que está presente. Eu comecei esta reunião, suponho que o Senhor Deputado ainda não estava na sala, explicando que o Senhor Vereador tinha uma coisa importante para tratar a seguir e pediu até a antecipação deste ponto. -----
----- E já digo, aliás, o que é, é uma negociação com o BEI em que ele tem que estar presente e, portanto, esta foi a razão pela qual o Senhor Vereador pediu que fosse visto em primeiro lugar, penso que está esclarecido. A Mesa na medida das suas capacidades esclarece o que se passou, seja como for o Senhor Deputado fez a sua chamada de atenção e eu estou a dar as explicações de que tenho conhecimento. -----
----- Vamos prosseguir então. -----
----- De qualquer maneira e neste momento já temos na sala o Senhor Vice-Presidente que representa a Câmara e temos mais outros Senhores Vereadores, portanto, em

qualquer circunstância está sempre o Senhor Vice-Presidente em condições de responder ao que for necessário.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 57.º do Regimento da AML, fazer constar da Acta da 2.ª Reunião da 2.ª Sessão Ordinária realizada no dia 26 de Abril de 2016 a sua declaração de voto referente à Proposta n.º 105/CM/2016 – Adenda ao Contrato - Programa celebrado com a EGEAC, Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., que mereceu o voto Contra deste Grupo Municipal, com os seguintes fundamentos: -----

----- 1- O Partido da Terra – MPT não concorda com a transferência da gestão de mais equipamentos do âmbito cultural, mesmo que seja para uma empresa Municipal; -----

----- 2- A sucessiva transferência de equipamentos culturais leva praticamente, ao esvaziamento das Competências da Câmara Municipal de Lisboa nesta área; -----

----- 3- Com a transferência de equipamentos, a Assembleia Municipal deixa de ter capacidade para exercer a sua função fiscalizadora. -----

----- Lisboa, 26 de Abril de 2016 -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra, -----

----- O Deputado Municipal -----

----- Vasco Miguel Ferreira dos Santos” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra a proposta em epígrafe, não pretendendo, com este voto, colocar em causa o trabalho desenvolvido pela EGEAC, com resultados amplamente positivos no domínio da actividade cultural. -----

----- Porém, não podemos nem devemos ignorar a duplicação de despesa na cultura, com um Pelouro que tem ficado aquém do desejável, como por várias vezes manifestámos através de Recomendações e intervenções no Plenário. -----

----- O CDS-PP sempre denunciou a existência de duas estruturas culturais, sob o domínio da CML – o Pelouro da Cultura e a EGEAC – sem o correspondente benefício para a cidade pelo que, lamentavelmente, não podemos votar favoravelmente este contrato programa com a EGEAC. -----

----- Lisboa, 26 de Abril de 2016 -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS-PP -----

----- Gabriel Baptista Fernandes” -----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 68/CM/2016 - PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS 2015-2020, NOS TERMOS DA PROPOSTA E DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO N.º 3 DO ARTIGO 16.º DO DECRETO-LEI N.º178/2006, DE 5 DE SETEMBRO, DA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ARTIGO 23.º E DA ALÍNEA H) DO N.º1 DO ARTIGO 25.º DO**

REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 69/2015, DE 16 DE JULHO; 2 X GRELHA BASE – 68 MINUTOS; APRECIACÃO DO PARECER DA 4ª COMISSÃO PERMANENTE.-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados iríamos então voltar ao Ponto 1 da nossa ordem de trabalhos que foi prejudicada para podermos ver a questão da EGEAC em primeiro lugar.-----

----- Trata-se do Plano Municipal de Gestão de Resíduos.-----

----- Eu pedia ao Senhor Vice-Presidente, isto é uma proposta sua, se quer apresentar a proposta?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra apresentou a proposta:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Eu serei muito rápido, até porque foi feita uma apresentação na comissão na Assembleia Municipal.-----

----- Este é o primeiro plano municipal de resíduos da cidade de Lisboa e o primeiro a nível nacional, em termos dos municípios.-----

----- Tem como objectivo definir uma estratégia na área da gestão dos resíduos para a cidade até 2020, enquadrado naquilo que são os planos nacionais, nomeadamente o PERSU 2020.-----

----- A CML depois da reforma administrativa, em que no fundo transferiu competências para as juntas de freguesia, após a autonomização da tarifa de resíduos sólidos urbanos da cidade de Lisboa que permitiu não só financiamento, mas também transparência e sustentabilidade para esta área. Tornava-se absolutamente necessária a apresentação de um plano ambiental que tivesse como objectivos centrais a melhoria das metas ambientais, definir objectivos concretos, calendarizar as metas para atingir esses objectivos e melhorar de forma significativa a remoção e a limpeza da cidade. ---

----- Temos uma visão muito concreta, temos o objectivo de uma Lisboa limpa que procure comportamentos ecologicamente sustentáveis, a redução da produção de resíduos, a qualidade do serviço, o cumprimento das metas ambientais, o aumento dos níveis de reciclagem, até 2020.-----

----- Assumimos como metas, a meta nacional da redução de 10% da produção de resíduos da cidade de Lisboa que também é a meta da Valorsul, aumentar a taxa da reciclagem para 42% e atingir uma taxa de retoma de recolha selectiva de 66 quilos por habitante. Vamos apostar no reforço da rede de recolha selectiva porta a porta, criando uma segunda rede de contentores enterrados que permitam, por um lado, aumentar a comodidade dos cidadãos e por outro também responder a problemas que a cidade tem, como por exemplo a ausência da resiliência da cidade nesta matéria, porque não existe capacidade de contenção em situações limite. E já fizemos um procedimento, inclusivamente, para a contratação e instalação de 100 eco-ilhas na cidade de Lisboa.-----

----- Temos também como objectivo, obviamente, por um lado a introdução da tecnologia nesta área quer nesses contentores enterrados, quer através de um ecocentro que permita estudar e implementar de forma piloto sistemas como ‘Pay as you throw’. E, temos também um objectivo muito ambicioso e muito difícil que diz respeito à redução da produção de resíduos. Este é talvez o objectivo mais difícil. Uma das propostas que a Câmara faz é a criação de um conselho consultivo, onde nós possamos ter reunidos todos os principais produtores de resíduos e parceiros do Município de forma a assumir metas concretas na redução dos resíduos.-----

----- Portanto, uma vez mais dizer que foi interessante apresentar esta discussão na comissão, reunir também os contributos dos Senhores Deputados dos vários partidos aqui representados e dos Independentes. E acreditar que este plano é um plano estratégico para a cidade, transversal e que deve nos comprometer a todos e essencialmente não só a gestão da CML, mas também todas as entidades, todos os agentes, todas as instituições que trabalham com o objectivo de melhorar o ambiente da cidade de Lisboa. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----

----- Está apresentada a proposta, pergunto agora, a Senhora Deputada Ana Páscoa hoje não está, está substituída. De qualquer maneira o parecer foi aprovado por unanimidade na 4ª Comissão, não sei se a Senhora Presidente da 4ª Comissão quer dar uma apresentação sucinta do parecer? Para ficarmos com a informação completa e depois então entraremos na discussão.-----

----- Lembrar também que deste parecer que vai ser agora apresentado pela Senhora Presidente da 4ª Comissão, resultou também uma recomendação que recolhe as conclusões do parecer e as recomendações principalmente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro** na qualidade de **Presidente da 4ª Comissão Permanente** no uso da palavra apresentou o parecer: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, caros colegas Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- A 4ª Comissão analisou o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da cidade de Lisboa, sobre uma perspectiva não apenas do seu conteúdo e daquilo que são as suas metas, mas também do enquadramento em que ele surge.-----

----- Portanto, o PMGR surge como um grande opção do Plano 2015/2018, surge também integrado na legislação comunitária tanto nos programas de acção em matérias de ambiente da União Europeia, como na Directiva Quadro de Resíduos e também na estratégia e legislação nacional, no Plano Nacional de Gestão de Resíduos e no Regime Geral de Gestão de Resíduos no PERSU 2020, como aqui já foi referido.-

----- Este plano, portanto, foi ouvido o Senhor Vice-Presidente na comissão e foram-nos clarificados os vários objetivos estratégicos do plano, bem como os objetivos de suporte que permitiriam o alcance das metas definidas nesses objetivos estratégicos.--

----- Como objetivos estratégicos foi-nos apresentado, de facto, o alargamento da rede de locais de recepção de resíduos e também o desenvolvimento desta segunda

rede de suporte que permitirá responder às situações que a actual rede de recolha não responde. Por outro lado o aumento na reciclagem, mas não apenas o aumento da reciclagem mas o aumento da qualidade dos reciclados, bem como um terceiro objectivo, que é a redução, tendo como objectivo mais de longo prazo, a redução na produção de resíduos, uma vez que exclusivamente o tratamento dos resíduos ou a reciclagem não é suficiente, de facto, a longo prazo e do ponto de vista global. -----

----- A Comissão ouviu o Vereador e, de facto, colocou desde logo algumas questões e conclui, de facto, que do ponto de vista de cidade e isto é transversal a todas as forças políticas, ninguém obviamente tem nenhum tipo de oposição a que estes grandes objetivos estratégicos sejam cumpridos.-----

----- Este plano concluiu-se também que faz uma correspondência adequada dos serviços de higiene urbana e procura garantir a melhoria dos serviços e o grande objetivo final de uma cidade mais limpa. -----

----- E assume particular importância o facto de os resíduos serem considerados em todo o trabalho de estudo e execução do plano, o facto de os resíduos serem considerados como recursos e não como um fim de linha e, portanto, esta perspectiva da sua reintegração nos ciclos de vida de produto. -----

----- Torna-se deste ponto de vista particularmente relevante fazer algumas recomendações, uma vez que atendendo à reforma administrativa da cidade, neste momento a limpeza da cidade como um conjunto depende não apenas da Câmara, mas também das juntas de freguesia. E, portanto, nas recomendações que a comissão entendeu fazer, propõe-se que haja, de facto, uma articulação efetiva e que essa possa ser monitorizada também, nomeadamente aqui por nós na Assembleia Municipal. Uma articulação efetiva, dizia, com as juntas de freguesia, nomeadamente no que respeite à colocação destas eco-ilhas que estão previstas, à própria limpeza e coordenação dessa limpeza das mesmas. E, que por outro lado também, sejam incentivadas as boas-práticas, não apenas do ponto de vista daquilo que são os serviços que são prestados pelo Município, mas também as boas-práticas no munícipe e as boas-práticas no grande produtor de resíduos, também para desenvolver estratégias não só de redução mas também incentivar, aqui por exemplo, os grandes operadores económicos a reduzir, por exemplo, o número de embalagens e também o seu tipo de forma a que, de facto, possamos ter um objetivo cumprido não apenas do ponto de vista já do tratamento dos resíduos, mas a montante na fase da sua produção.-----

----- E, por isso, este parecer foi aprovado por unanimidade por todas as forças políticas com estas recomendações e está em condições de ser aqui discutido na Assembleia.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- É verdade que este Plano Municipal de Gestão de Resíduos é um documento que engloba grande participação e contributos de diversas entidades e que no essencial pretende controlar não só a produção como o encaminhamento dos resíduos. -----

----- Nós estamos de acordo com as recomendações que são apresentadas aqui á Assembleia, mas queríamos chamar a atenção que uma das questões mais importantes para o êxito de um plano é que ele não seja feito *per si* e tenha como objeto o cidadão somente, mas que o cidadão seja parte integrante do próprio plano. Pensamos que aqui ainda há esta questão de fundo, de que o cidadão é objeto da ação do que se vai fazer e não tanto parte integrante, por isso é que nós valorizamos estas recomendações, mas damos especial ênfase à informação de retorno ao cidadão sobre o desenvolvimento do plano.-----

----- É verdade que há aqui uma recomendação, alínea a), para que a avaliação semestral do plano venha a esta Assembleia, mas nós não queremos uma avaliação de ordem global sem ser avaliado o ponto-de-vista epidemiológico, isto é um palavrão, mas sem ser avaliado em que a relação entre a produção e a recolha e a própria cidadania sejam esclarecidos. Não queremos por atacado, queremos explicar como é que são as captações e como é que estão a evoluir, quais são os resultados do meu esforço como cidadão, esforço diário de seleção que resultados tenho, onde é que eles estão e depois além dessa informação de retorno e monitorização eu gostava de saber para me animar qual é o destino, qual foi a recuperação, qual foi o retorno. Isto são dados que reforçam numa perspetiva não só de formação, quer dizer, eu estou a formar as pessoas, informação, estou-lhe a dar a arma para eles continuarem ativos e aqueles que não voltarem a empenhar se nesta atividade. Nós não somos agentes passivos, devemos ser ativos, deem-nos mais informação que não nos fará mal, para praticarmos melhor. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Mesa não regista mais inscrições. -----

----- O Senhor Vice-Presidente quer reagir à intervenção do Senhor Deputado Carlos Silva Santos, tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Quero apenas destacar das palavras da Senhora Relatora, a Senhora Deputada Sofia Cordeiro, um aspeto muito importante que ela destacou no plano que tem a ver com a valorização da economia circular, ou seja, a ideia do recurso como algo que deve ser reintroduzido na economia e deve ser aproveitado e não como algo que está em fim de linha. -----

----- Isso é muito importante, obviamente que do ponto-de-vista do Município, do ponto-de-vista do futuro da própria cidade, isso coloca outro tipo de desafios, nomeadamente até à própria contratação pública. Hoje é possível e deveria ser possível a valorização do ponto-de-vista da contratação pública de determinado tipo de produtos que vêm da economia circular que eram resíduos, portanto, é algo que é um desafio que se coloca à administração pública no futuro. E acho que a CML sobre

esta perspetiva não deve rezear de, no fundo, procurar soluções e até procurar desenvolver propostas no sentido da melhoria do aproveitamento deste tipo de recurso. -----

----- Por outro lado, destacar e agradecer as palavras do Senhor Deputado Carlos Silva Santos, dizer que concordo, acho que é muito importante, estes processos só tem resultados se forem apreendidos pela população e só são apreendidos pela população se a população tiver noção dos seus resultados e se tiver noção da sua implementação. Acho que há aqui uma dimensão muito importante que é a existência de um plano estratégico, com metas definidas e com um horizonte temporal. -----

----- Acho que nós devemos realmente ter um processo participado de elaboração que vá reportando aos cidadãos aquilo que são os objetivos que vão sendo atingidos, mas também lhe vão permitindo a cada um individualmente explicar, por um lado qual é o resultado do seu esforço ambiental e, por outro, em que é está a ser utilizado os gastos, nomeadamente as tarifas que os cidadãos pagam. -----

----- Porque há aqui uma dimensão que nós não podemos excluir e este Município não exclui, que é, efetivamente houve uma autonomização da tarifa de resíduos na cidade de Lisboa e o Município quer justificar todo esse montante da tarifa, porque efetivamente tem que ser explicado, tem que ser explicado com transparência e deve ser explicado para que é que esse dinheiro é utilizado. -----

----- Esse dinheiro é utilizado para a qualidade do serviço, para nomeadamente a valorização, neste caso em particular, do serviço público, no investimento do próprio serviço, mas também na possibilidade de ele se tornar cada vez mais interativo com o cidadão. Daí nós estarmos a apostar também em tecnologias, agora é verdade, as tecnologias não fazem tudo, as tecnologias têm que ter processos por trás e se forem processos participativos obviamente as pessoas aderem mais. -----

----- Muito obrigado, aceitamos de bom grado todas as sugestões que foram dadas para este plano municipal.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----

----- Senhores Deputados chegámos ao fim da discussão deste ponto, a Mesa vai pôr à votação a Proposta n.º 68/CM/2016, ela tem apenas um parágrafo deliberativo, vamos pôr à votação.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 68/CM/2016**, apresentada pela CML. A Proposta n.º 68/CM/2016 foi **aprovada**, com abstenção de PSD e votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, CDS-PP, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- (A **Proposta n.º 68/CM/2016**, apresentada pela CML, fica anexado à presente ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Parecer da 4ª Comissão** relativo à **Proposta n.º 68/CM/2016**, apresentada pela CML, fica anexado à presente ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- Chamo a atenção dos serviços que devem chamar a atenção da redação do Boletim Municipal, porque a proposta da parte deliberativa diz ‘submeter à Assembleia Municipal o Plano Municipal de Gestão de Resíduos, nos termos das

alíneas, tais, tais e tais, ora anexo', ora e o PMR não está anexo à proposta que foi distribuída em papel. Está disponível no *site*, eu mandei-o pedir, está disponível a todos os Senhores Deputados, não está cá, vem um CD mas o CD não foi posto aqui, portanto, é fundamental saber os documentos anexos que vêm com cada proposta que nem sempre vêm completos. Ok, tem que passar a estar isso clarificado, porque depois em Boletim Municipal o plano tem que estar lá, senão ficamos com uma deliberação, aprovamos um plano ora anexo e não está lá o plano ora anexo. Peço desculpa por este pormenor, mas é importante chamar a atenção.-----

----- E, posto isto, iremos então sim passar à recomendação que foi apresentada sobre esta proposta. É a Recomendação nº 13/103 da 4ª Comissão, o parecer foi aprovado por unanimidade e, portanto, há aqui um conjunto de recomendações, não temos indicação para as votar separadamente, portanto, vamos pôr à votação a Recomendação nº 13/103. -----

----- O Senhor Deputado quer que seja lida a recomendação? Na parte deliberativa apenas. Não é preciso ler os considerandos? Muito bem.-----

----- Então o que se diz é o seguinte:-----

----- 'À luz destas conclusões e atendendo à natureza do Plano, documento estratégico e multidisciplinar, envolvendo diversos serviços municipais na sua execução, a 4ª Comissão propõe ao Plenário que delibere recomendar à Câmara: -----

----- a) Que o relatório de avaliação e monitorização semestral do Plano seja remetido à AML para apreciação do seu progresso; -----

----- b) Que se proceda a uma articulação efetiva com as Juntas de Freguesia, nomeadamente no que diz respeito aos locais de colocação dos ecopontos enterrados e aos horários/datas de limpeza dos mesmos;-----

----- c) Que seja incentivada a formação dos munícipes quanto à correta utilização dos contentores, bem como relativamente à reutilização dos resíduos;-----

----- d) Que se desenvolvam estratégias para incentivar os operadores económicos a utilizar menos embalagens nos respetivos produtos e ou que estimulem os consumidores a reutilizá-las.' -----

----- Estamos em condições de votar? Vamos pôr à votação a Recomendação nº 13/103.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação nº 13/103**. A Recomendação n.º 13/103 foi **aprovada**, com abstenção de PSD, CDS-PP e votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.-----

----- (A **Recomendação nº 13/103** fica anexado à presente ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante) ” -----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 135/CM/2016 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE ALVALADE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 23.º E DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E DOS ARTIGOS 116.º E SEQUINTE DO REGIME JURÍDICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS NAS FREGUESIAS, AMBOS OS REGIMES PUBLICADOS EM ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE**

SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 69/2015, DE 16 DE JULHO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 1ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES.

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Passamos agora à apreciação da proposta nº 3 que é uma delegação de competências na Freguesia de Alvalade.-----

----- Pergunto ao Senhor Vice-Presidente se quer apresentar a proposta? Prescinde a apresentação.-----

----- Prescinde a apresentação. Ela tem um parecer, como habitualmente um parecer conjunto da 1ª e da 5ª Comissão cujos relatores também como habitualmente são os Senhores Deputados Sofia Oliveira Dias e Magalhães Pereira. Pergunto se o Senhor Deputado Magalhães Pereira quer apresentar o vosso parecer?-----

----- Muito bem. Estamos na Proposta nº 135/2016 ‘Delegação de competências na Freguesia de Alvalade’.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira** na qualidade de **Relator da 1ª e 5ª Comissão** apresentou o parecer:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- A Recomendação nº 15/103 tem três alíneas que são as seguintes:-----

----- A remessa à Assembleia Municipal dos relatórios trimestrais que a Junta de Freguesia deverá apresentar sobre o progresso da execução da obra desenvolvida no âmbito do Contrato inter-administrativo resultante da presente delegação de competências;-----

----- O incremento do número e âmbito destes contratos inter-administrativos para a execução de obras e de outras operações de interesse para as populações locais, cuidando na sua distribuição equitativa pelas Freguesias de Lisboa;-----

----- Tratando-se de contratos inter-administrativos a celebrar entre a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia envolvendo obras de construção ou de reabilitação, recomenda-se adicionalmente que seja junto aos documentos da Proposta a respetiva Memória Descritiva.-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Relator.-----

----- Apresentou desde já então as conclusões do parecer que são também o conteúdo, correspondem ao conteúdo da recomendação.-----

----- E, portanto, pergunto se há inscrições? Não temos inscrições, vamos pôr à vossa consideração, primeiro a proposta que é a Proposta nº 135/CM/2016.-----

----- O que se trata de aprovar é o ponto 1 da proposta, ‘aprovar e submeter à Assembleia o contrato de delegação’, pois a minuta que faz parte da proposta naturalmente não está aqui à nossa votação, mas ao aprovar o contrato tem que ser com base na minuta, portanto, vou pôr a aprovação a proposta no seu conjunto.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 135/CM/2016**, apresentada pela CML. A Proposta n.º 135/CM/2016 foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (A **Proposta n.º 135/CM/2016**, apresentada pela CML, fica anexado à presente ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Parecer conjunto da 1.ª e 5.ª Comissão** relativo à **Proposta n.º 135/CM/2016**, apresentada pela CML, fica anexado à presente ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- E agora vamos pôr à vossa votação a Recomendação n.º 15/103 que o Senhor Deputado Magalhães Pereira fez o favor de trazer aqui ao microfone. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 15/103**. A Recomendação n.º 15/103 foi **aprovada por unanimidade** -----

----- (A **Recomendação n.º 15/103** fica anexado à presente ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) ” -----

----- Posto isto, vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.”-----

----- **PONTO 4 - APRECIACÃO, DEPENDENTE DE PRÉVIA APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL, DA PROPOSTA RELATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2015 DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA A) E L) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS PUBLICADO COMO ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DO ARTIGO 76.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO; GRELHA F – MÁXIMO 5 HORAS; PARECER DA 1.ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Trata-se de um ponto que vai ter que ser adiado que são as demonstrações financeiras e o relatório de gestão do Município de Lisboa. Já foi aprovado em Câmara, portanto, já foi distribuído, já está colocada no *site* e já vos foi dado conhecimento da proposta concreta que aprovou esta matéria, mas não havia tempo para apreciar para a sessão de hoje porque ela foi considerada na reunião de Câmara de dia 21 e na próxima sessão de Câmara também não vamos vê-la porque na próxima sessão de Câmara.-----

----- É uma sessão extraordinária, conforme já estava anunciado e eu vou lembrar, é um debate específico sobre os transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa. É uma sessão em que vamos ter presente o Senhor Presidente do Concelho Metropolitano Doutor Basílio Horta e Presidente da Câmara de Sintra, o Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana o Engenheiro Demétrio Alves e o Senhor Presidente da Câmara. Os três farão uma intervenção inicial sobre, portanto, o assunto em causa, depois haverá um tempo para os Senhores Deputados fazerem perguntas e haverá um tempo de resposta dos três convidados e finalmente declarações finais dos Grupos Municipais. -----

----- Iremos afinar este formato na conferência de representantes da próxima segunda-feira, mas em todo o caso por esta razão podemos não ter tempo de no mesmo dia

fazer as duas coisas e, portanto, a discussão das contas que é uma discussão que deve ser no primeiro ponto da ordem de trabalhos porque pode demorar mais tempo. Ela tem uma grelha, aliás, no regimento de 5 horas normalmente, não vamos precisar das 5 horas, mas a grelha tem que ser respeitada e, portanto, ficam marcadas as contas para o dia 10 de Maio, será o primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

----- E a sessão para a semana não é uma continuação de sessão ordinária, será uma sessão extraordinária porque o debate específico tem que ser em sessões extraordinárias, portanto, tem período de intervenção do público novamente, depois a do dia 10 sendo uma continuação é que não tem.”-----

----- **PONTO 5 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 131/CM/2016 - ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO PESSOAL DIRIGENTE DA CML E RATIFICAÇÃO DOS ATOS DE ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO PRATICADOS HÁ MENOS DE UM ANO, COM SANACÃO DO VÍCIO DE INCOMPETÊNCIA RELATIVA QUE AINDA SUBSISTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO N.º 1 E DO N.º 2 DO ART.º 24.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO E DOS N.ºS 2 E 3 DO ART.º 137.º E DO ART.º138.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE 1991, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 442/91, DE 15 DE NOVEMBRO, NA REDACÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 6/96, DE 31 DE JANEIRO, E DOS N.ºS 1 E 3 DO ART.º 164.º E N.ºS 1 E 6 DO ART.º 169.º, DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE 2015, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 4/2015, DE 7 DE JANEIRO; 2 X GRELHA-BASE - 68 MINUTOS; PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Posto isto, acontece com a proposta 131/CM/2016 que também ainda não está pronta, não está o parecer feito. Já encontramos uma solução na 1ª Comissão para este assunto, mas levaremos isto à reunião da 1ª Comissão, a próxima reunião da 1ª Comissão para depois podermos discutir aqui em Plenário, devidamente com o seu parecer devidamente fechado.”-----

----- **PONTO 6 - APRECIACÃO CONJUNTA DA PROPOSTA 814/CM/2015 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO, COM A ÁREA TOTAL DE 210,75M2, SITUADAS NA AVENIDA FONTES PEREIRA DE MELO E AVENIDA CINCO DE OUTUBRO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E DA PROPOSTA 12/CM/2016 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO NECESSÁRIA E REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL DO DIREITO DE SUPERFÍCIE EM SUBSOLO, CONSTITUÍDO A FAVOR DA ESLI - PARQUES DE ESTACIONAMENTO DE LISBOA S.A., SOBRE UMA PARCELA DE TERRENO SITUADA À AVENIDA CINCO DE OUTUBRO, NOS TERMOS**

DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS ALÍNEA I) E Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 3 X GRELHA-BASE – 1 HORA E 42 MINUTOS; PARECERES DA 1ª E 3ª COMISSÃO PERMANENTE.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Acontece com a Proposta 814/CM/2016 que foi apresentado um requerimento esta manhã que eu recebi e mandei distribuir, um requerimento do BE a pedir a suspensão da votação.-----

----- (O *Requerimento n.º 26/2016* relativo à *Proposta n.º 814/CM/2015*, apresentado pelo BE, fica anexado à presente ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- Eu não tive tempo de apreciar o requerimento, é possível que alguns dos Grupos Municipais lhes tenha acontecido o mesmo que a mim e não tenham tido tempo de apreciar. E, portanto, naturalmente eu avisei o Senhor Vereador Manuel Salgado e o Senhor Presidente da Câmara que iríamos passar esta matéria para a próxima reunião e que entretanto, desde já, convoco os senhores representantes para segunda-feira ao meio-dia, vamos discutir as nossas matérias normais de conferência de representantes e também tratar disto que isto é um problema de ordem de trabalhos. Adiar ou não adiar votações é uma matéria de ordem de trabalhos, de organização dos trabalhos e, portanto, penso que deve ser vista no quadro da conferência de representantes que é a instância que nós temos para preparar as nossas reuniões.”-----

----- **PONTO 7 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 108/CM/2016 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE TRÊS PARCELAS DE TERRENO COM AS ÁREAS DE 1.843,40 M2, 1.487,00 M2 E 15.000,00 M2, SITAS NA AZINHAGA ESCURA, AZINHAGA DAS BRUXAS, AZINHAGA DAS CEREJEIRAS, AZINHAGA DA COVA DA ONÇA E OLIVAL DO PENEDO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; GRELHA-BASE - 34 MINUTOS; PARECER DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar então à Proposta 108/CM/2016, é uma desafetação do domínio público para o domínio privado de três parcelas de terreno. O Relator foi o Senhor Deputado Magalhães Pereira, eu não vejo aqui o Senhor Vereador do Património em todo o caso está o Senhor Vice-Presidente.-----

----- Houve algumas dúvidas sobre a designação e a correta localização destas várias azinhagas, são nomes que depois na cartografia disponível nem se percebe onde é que começam e onde é que acabam. E, portanto, não exactamente por causa dos seus nomes, Azinhaga das Bruxas, etc., mas é porque de facto as azinhagas às vezes temos alguma dificuldade de as identificar na cartografia e naturalmente o Senhor Relator se

quiser apresentar o parecer ou pelo menos as recomendações resultantes do parecer, irá fazer uma referência a isso.-----

----- Quer apresentar o parecer? Faça favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira** na qualidade de **Relator da 1ª Comissão** apresentou o parecer:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- O próprio parecer faz referência a esse mesmo facto e recomenda-se então à Câmara Municipal que:-----

----- 1 - Que a Câmara verifique se são suficientes e adequadas para efeitos cadastrais e registais as localizações e designações das parcelas que se propõe reafectar ao domínio privado do Município e remeta à Assembleia Municipal, Plantas de Localização das parcelas em causa em cada Proposta, presente e futuras, a uma escala que permita a compreensão da sua exacta localização.-----

----- 2 - Corrija a referência à fundamentação legal do Sistema de Imposição Administrativa visto que o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial estabelecido pela Lei nº 380/99, foi revogado e substituído nos termos do Decreto-Lei nº 80/2015.-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Esta, portanto, actualização de uma remissão legal da proposta não altera o conteúdo da proposta porque ela feita do ponto-de-vista das competências da Assembleia, é o regime jurídico das Autarquias Locais e está correctamente identificado, é uma remissão em termos de sistema de imposição administrativa. Portanto, é essa remissão que está incorrecta, está desactualizada, está feito aqui o reparo e se aprovarmos a proposta, quando votarmos a recomendação naturalmente depois isto será enviado aos respectivos serviços.-----

----- Eu pergunto sobre esta matéria quem é que quer intervir?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários.-----

----- Eu queria intervir apenas para dizer que as referências que o parecer da comissão faz relativamente à pouca definição dos limites que são dados para estes terrenos, faz com que realmente isto seja um bocado de fé. Portanto, uma pessoa não pode aprovar por fé que está tudo certo.-----

----- Quer dizer, não há mínima de uma pessoa poder em consciência aprovar isto, ainda por cima, é tanto mais irritante quanto estamos a falar da Feira Popular que é uma coisa que globalmente quase todos estamos de acordo. Agora fazer tiros no escuro e imaginar que está tudo bem não é essa a nossa função e, portanto, eu não posso concordar com a proposta nestes termos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Mesa queria só alertar que a proposta vem acompanhada de três plantas, as plantas têm um formato uniformizado, vêm sempre da Direção Municipal da Gestão Patrimonial e têm um formato normalizado.-----

----- O que acontece é que essas plantas têm uma indicação ou uma escala suficiente para ver o que é que é para desafectar e, depois, têm no topo superior direito uma fotografia aérea a uma escala muito pequena e é essa fotografia aérea que não permite que a gente compreenda onde é que isto fica. Portanto, a parcela está devidamente identificada, na planta do lado esquerdo está devidamente identificada, tem as confrontações certas, tem os registos identificados, é a fotografia aérea da localização que é insuficiente.-----

----- Portanto, do ponto-de-vista da Mesa nós sabemos exactamente quais são as parcelas para desafectar, mas compreendemos a recomendação da comissão no sentido de pedir que no futuro, isto implica que a Direção Municipal da Gestão Patrimonial altere os seus procedimentos e passe a mandar não apenas esta plantinha sumária mas uma planta a uma outra escala, onde a gente perceba melhor onde é que se encaixa a parcela que estamos efectivamente a desafectar a uma escala que a gente compreenda melhor. E, portanto, é isso que está em causa. -----

----- Mas o Senhor Deputado do PAN está no seu direito naturalmente, mas eu vi isto com cuidado e não me parece que as parcelas não estejam identificadas, estão, nós não conseguimos é perceber onde é que elas ficam, mas isso é outra questão. Evidentemente que temos uma ideia da localização porque ela está identificada, mas não a vemos com rigor, mas não creio que a parcela não esteja devidamente identificada e, portanto, não creio que haja aqui qualquer vício de decisão se porventura votarmos a proposta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Vice-Presidente, Senhores Deputados, caros colegas. -----

----- Em primeiro lugar uma pequena chamada de atenção à Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Eu compreendo o interesse e a necessidade que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal têm, em de alguma forma esclarecer alguns pontos que por força do seu estudo e da sua aplicação ela dominará, no entanto estas explicações que acabou de dar competem basicamente à Câmara e não propriamente à Mesa. A Mesa tem que organizar os trabalhos, tem que dirimir as questões que eventualmente surjam no âmbito da Assembleia, mas não se pode substituir aos outros órgãos eleitos. Este é um papel da Câmara, a Câmara tem que justificar aquilo que tem que justificar e a Mesa tem que dirigir os trabalhos. -----

----- Relativamente à questão em causa, aquilo que eu, aquilo que o PSD entende é que não pode votar a favor, nomeadamente pela simples razão que nós ainda estamos à espera do regulamento do património. Isto de qualquer forma, embora seja uma

coisa simples, embora se destine a resolver um problema com o qual em princípio todos concordarão, no entanto, é património. E o património foi prometido à Assembleia que este regulamento estaria pronto 31 de Dezembro, já estamos em fins de Abril, a Senhora Presidente também referiu que enquanto não fosse presente e aprovado o regulamento do património, nós não iríamos debruçarmo-nos sobre estas questões.-----

----- Voltará a dizer que isto é uma questão menor, é uma questão de património, menos ou maior a gente não pode definir qual é o grau de maior ou de mais pequeno. Portanto, na nossa parte nós vamos votar contra exactamente por essa razão. Porque não estamos de acordo que antes que o regulamento do património seja apresentado e votado nesta Câmara, se tomem decisões sobre esta matéria.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Eu queria lembrar duas coisas. Em primeiro lugar foi em sede de conferência de representantes e julgo que era o Senhor Deputado que lá estava. Não era. Então é falta provavelmente de comunicação entre os Senhores Deputados do PSD.-----

----- Isto foi discutido, quais eram as matérias que deviam ser adiadas e quais eram as matérias que podiam ser agendadas e, portanto, postas à consideração e considerou-se que esta não tinha necessidade de ser adiada, é uma coisa relativamente simples. E, portanto, não foi um livre arbítrio da Mesa, foi uma matéria que passou pelo escrutínio da conferência de representantes mas a conferência de representantes não é deliberativa, o Senhor Deputado está no seu direito naturalmente de entender o contrário.-----

----- Relativamente às explicações que eu dei. Senhor Deputado eu só as dei porque é competência da Presidente, é competência expressa da Presidente verificar se as propostas reúnem as condições legais para serem aprovadas. No momento em que um Senhor Deputado suscitou dúvidas sobre o que é que estava a votar, eu tive que reagir porque senão eu própria o meu dever era retirar a proposta da votação. Mas analisei e na minha opinião está em condições de ser votada, a comissão também não disse o contrário, se a comissão entendesse que faltava alguma coisa também poderia dizer pedimos mais isto, mais aquilo que não vem na proposta. O parecer não o diz, a minha apreciação também não o diz, o Senhor Deputado do PAN está no seu direito naturalmente de proferir a explicação que proferiu, mas eu senti-me no dever de responder porque me compete, é esse o meu papel.-----

----- Eu tenho sempre muito cuidado com os documentos que trago à Assembleia Municipal, eu tenho um cuidado tão grande Senhor Deputado que normalmente até sou eu que os coloco no *site* para ter a certeza que não há erros. Portanto, pode querer que vejo isto sempre com muita cuidado para que efectivamente não haja confusões com documentos que não são, com papeis que faltam, etc.. E, portanto, peço desculpa por esta explicação que é um bocadinho, enfim, não estou a assumir o papel de

ninguém, estou a assumir apenas o meu papel como Presidente da Assembleia e é o meu dever. -----

----- Senhores Deputados temos mais pessoas inscritas, sim senhor. O Senhor Deputado Fábio Sousa tem quer usar a palavra, faça favor, pode vir à tribuna se quiser.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente queríamos só intervir porque, de facto, é uma proposta relativa à Freguesia de Carnide. Dizer só que votaremos favoravelmente, visto que já estivemos a avaliar esta questão. -----

----- Parece-nos que há documentação em falta e que deve ser enviada à Assembleia, mas parece-nos que estamos em condições de votarmos esta proposta favoravelmente.

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Posto isto, pergunto se da Câmara alguém quer reagir à recomendação? -----

----- Eu penso que o Senhor Vereador Manuel Salgado chegou agora, não está em condições provavelmente. O Senhor Vice-Presidente se faz favor.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente agradeço-lhe. -----

----- Apenas referir que em relação à questão da escala, podemos sempre melhorar a proposta e a escala dos mapas que são anexos à proposta, mas dizem que é a referência que nós utilizamos em quase todas as propostas que aqui seguem. -----

----- Portanto, efectivamente sobre esta perspectiva a Câmara pode sempre facultar mais informação se for solicitada, alterar as escalas e a forma como os mapas são apresentados, mas tem sido padrão a forma como nós apresentamos este tipo de anexos. -----

----- E, portanto, referir que não obstamos à possibilidade de mudar a forma como elas são apresentadas e se for um constrangimento a Câmara terá todo o interesse em alterar a informação que, não é com certeza o objectivo da Câmara que os Senhores Deputados sintam que estão a tomar decisões sem a total informação. Mas, efectivamente, esta tem sido sempre a escala utilizada pela Câmara e o tipo de mapas que são usados, é essa a informação que nós temos distribuído.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente. -----

----- De qualquer maneira chamo a atenção que a recomendação o que pede precisamente é que passem a ser plantas à escala apropriada. -----

----- Portanto, isto é uma recomendação que vamos pôr à consideração, depois se a proposta for aprovada se verá se a Câmara dá cabimento ou não e se esta recomendação também for aprovada. -----

----- Vamos pôr então à votação a Proposta n.º 108/CM/2016, desafectação destas três parcelas de terreno, correspondentes a estas azinhagas.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 108/CM/2016**, apresentada pela CML. A Proposta n.º 108/CM/2016 foi **aprovada**, com votos contra de PSD, MPT, PAN, abstenção de BE, PEV, CDS-PP e votos a favor de PS, PCP, PNP e 6IND. -----

----- (A **Proposta n.º 108/CM/2016**, apresentada pela CML, fica anexado à presente ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Parecer da 1.ª Comissão** relativo à **Proposta n.º 108/CM/2016**, apresentada pela CML, fica anexado à presente ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) ---

----- O Senhor deputado enquanto estávamos a votar disse que eram quatro parcelas, mas elas aqui chama-lhe três, enfim, são três, é uma parcela com um formato um pouco estranho.-----

----- Portanto, a proposta está aprovada com a votação que já indiquei e vamos pôr à vossa votação a Recomendação n.º 1/104 que já apresentada pelo Senhor Deputado Magalhães Pereira.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 1/104**. A Recomendação n.º 1/104 foi **aprovada**, com o voto contra do PAN e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, PEV, CDS-PP, MPT, PNP e 6IND. -----

----- (A **Recomendação n.º 1/104** fica anexado à presente ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) ” -----

----- **PONTO 8 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 112/CM/2016 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA RUA MÁRIO BOTAS E O LANÇAMENTO DE UMA HASTA PÚBLICA PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE, EM SUBSOLO, SOBRE A MESMA PARCELA DE TERRENO, PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO AUTOMÓVEL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS ALÍNEA I) E Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS; PARECER CONJUNTO DA 1ª E 8ª COMISSÃO PERMANENTE.** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Posto isto, vamos passar à Proposta n.º 112/CM/2016.-----

----- Chamo a atenção que na Proposta n.º 112/CM/2016 há uma correcção a fazer que, aliás, a comissão não detectou, fui eu própria que chamei a atenção dos serviços que havia aqui uma incongruência que eu vou passar a explicitar.-----

----- É a Proposta n.º 112/CM/2016, é uma proposta de desafectação de uma parcela de terreno na Rua Mário Botas e lançamento de uma hasta pública para a constituição de um direito de superfície em subsolo sobre a mesma parcela de terreno para a construção de um parque de estacionamento automóvel.-----

----- Ela foi submetida a parecer da 1ª e 8ª Comissão, uma vez que tinha a ver com a parte do estacionamento e tem um parecer da Senhora Deputada Ana Páscoa que foi aprovado por unanimidade e há uma recomendação, não há recomendação nenhuma. --

----- Acontece que o corpo da proposta, o corpo da proposta tem dois nº 2, duas vezes e, portanto, há aqui um erro de numeração e por outro lado no segundo nº 2 pede que a Assembleia Municipal aprove o estudo urbanístico, o programa e o caderno de encargos. A Assembleia Municipal não tem competência para aprovar estudos urbanísticos e, portanto, há uma correcção da proposta, onde está ‘estudo urbanístico, programa e caderno de encargos’ é ‘programa e caderno de encargos’, depois naturalmente o caderno de encargos faz remissão ao estudo urbanístico mas o estudo urbanístico é uma competência da Câmara, não é uma competência da Assembleia em termos de aprovação. -----

----- E, portanto, tem que ser alterada esta redacção, eu penso que é um erro material que não necessita de uma nova aprovação em Câmara, mas de qualquer maneira queria deixar isto bem claro. Quando formos votar voltarei a dizer a redacção que deve ficar na Proposta nº 112/CM/2016. -----

----- Pergunto se o Senhor Vereador Manuel Salgado quer apresentar a proposta? É a Proposta nº 112/CM/2016.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, muito boa tarde Senhores Deputados. -----

----- Eu penso que a proposta não tem grande complexidade, no fundo é uma desafecção do domínio público para um direito de superfície para a construção de um parque de estacionamento. -----

----- É esse o conteúdo da proposta, reconheço este erro material que a Senhora Presidente referiu e, portanto, será devidamente corrigida depois na própria proposta.--

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pergunto, a Senhora Deputada Ana Páscoa não está, se algum dos Senhores Presidentes da 1ª ou 8ª Comissão querem fazer a apresentação do parecer?-----

----- Não vejo indicação nesse sentido, portanto, vamos às intervenções.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhores membros da Mesa, Senhor Primeiro-Secretário principalmente, Senhora Segunda-secretária, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, caros colegas. -----

----- Aqui passa-se a mesma coisa, é natural que a Senhora Presidente me venha dizer que isso foi à conferência de representantes e que se admitiu a admissibilidade desta proposta. Mas o defeito é o mesmo, não há regulamento de património, é inadmissível que não se tente o mais possível forçar que esse regulamento seja aprovado e seja presente na Assembleia. E é uma forma eficaz de forçar a que isto aconteça, já era aquela que nós tínhamos denunciado ainda no ano passado, em Novembro se não

estou em erro, Outubro ou Novembro, em que não admitir que fosse alguma coisa aprovada nesta Assembleia sem que esse regulamento, que penso que é 1979, seja ratificado e seja aprovado.-----

----- Porque estamos a falar de património municipal, é património sem muita importância, há, é uma coisa simples. Não há coisas simples nem complicadas, há regras e isto não devia ser aprovado, nem pode a Senhora Presidente e a conferência de representantes, com todo o respeito pelos dois, não podem estar a tomar uma decisão de uma situação conforme se entende que é grave ou não é grave.-----

----- Há um problema e nós temos que forçar a Câmara o mais depressa possível, no interesse da Câmara, no interesse de Lisboa, no interesse da Assembleia Municipal, que o mais depressa possível traga a esta Assembleia o regulamento aprovado pela Câmara de forma a que sejam as novas regras que vão definir todo este tipo de operações.-----

----- Isto é absolutamente claro, todos estamos de acordo tenho impressão, por que é que estamos a adiar, a adiar, a adiar. E quanto mais facilitarmos a vida à Câmara, mais tarde naturalmente teremos esse regulamento aqui presente, era só isso. E acho que embora possa vir a dizer que isto foi aprovado em conferência de representantes, não faço ideia que eu não estive lá, mas também acho mal porque a conferência de representantes não deveria admitir esta proposta, como nenhuma outra idêntica, antes que o regulamento estivesse aprovado, é só isso. Não tem mal nenhum, pode ser a coisa mais simples, mais elementar, estejamos todos de acordo, mas é um problema de princípios Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Queria só lembrar o Senhor Deputado que estará talvez esquecido que a conferência de representantes não é deliberativa, a conferência de representantes é um órgão de consulta da Mesa, é ouvida e depois quem toma as decisões é a Mesa. Portanto, o erro, se houver erro, é da Mesa, nomeadamente da Presidente, não é da conferência de representantes. E, portanto, fique aqui bem claro que eu não gosto de endossar responsabilidades a quem não as tem, portanto, assumo a responsabilidade de ter agendado estas duas matérias depois de ouvida a conferência de representantes, assumo a plena responsabilidade do que fiz, até porque nenhum das comissões onde isto passou chamou a atenção que isto não estivesse em condições de ser aprovado.-----

----- E lembro também que o que esta Assembleia aprovou foi uma recomendação apresentada por mim como Deputada, não como Presidente mas como Deputada, no sentido de ser o mais rapidamente possível apresentado a esta Assembleia o calendário da aprovação do Regulamento Municipal de Património, não temos esse calendário, não chegou ainda e também pedi para ser apresentada a estratégia de gestão patrimonial até ao final do mês de Janeiro. Esses prazos já decorreram e eu fiz saber à Câmara, ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador do Património, que não agendaria uma série de propostas que já deram entrada, nomeadamente todas as hastas

públicas que deram entrada não foram agendadas à exceção desta por causa da urgência do parque de estacionamento, não foram agendadas e estão todas pendentes. -
----- Naturalmente isto é passível de crítica da sua parte mas eu tenho que justificar as decisões que foram tomadas, todas as restantes matérias estão aguardando que a Câmara dê cumprimento à recomendação da câmara, quanto mais tempo a Câmara demorar a responder à nossa recomendação mais atrasadas ficam as propostas que já deram entrada e não irei agendar enquanto a Câmara não cumprir a recomendação que recebeu da nossa parte.-----

----- Já há aqui vários pedidos de palavra, calma ai, antes de dar a palavra ao Senhor Deputado José Casimiro...ah, é sobre esta matéria, sim senhor, peço desculpa Senhor Vereador eu já lhe darei a palavra no fim. Eu pensei que era também sobre a interpelação novamente, mas se é sobre a matéria faça favor, tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhores membros da Mesa, Senhores Vereadores, caro público.-----

----- A minha dúvida Senhora Presidente era o seguinte. Eu tinha ficado com ideia na comissão de que esta proposta ficaria em *stand by*, para chamar o Senhor Vereador para dar mais pormenores sobre esta proposta, tinha ficado com essa ideia.-----

----- A propósito das dúvidas que o PSD levantou e sobre uma pergunta técnica que eu tinha colocado também em sede desta discussão, tinha a ver com o problema de porque é que a proposta em vez de desafetação, não propunha a concessão parcial pública?-----

----- Ou seja, a gente considerava nesta pergunta, tinha como objetivo dizer porque é que...isso defendia melhor o interesse público e daí que eu tinha ficado, com as questões que o PSD tinha levantado, com as questões que nós levantámos, com esta questão que eu tinha levantado, tinha ficado com a ideia que esta proposta tinha ficado em *stand by*.-----

----- Trata-se de uma proposta de uma rua em frente ao hospital da CUF Descobertas que há muito vem reclamando pela falta de estacionamento, assim foi apresentado na CML um PIP para a construção de um parque subterrâneo utilizando o subsolo da Rua Mário Botas.-----

----- A CML em vez de aprovar o PIP, desenvolveu um desenho que permitisse a construção de um parque de estacionamento no local referido, mas em condições de poder ser construído e explorado sem qualquer ligação física ao edifício do hospital, procurando assim assegurar a possibilidade de concorrência num concurso para a conceção e exploração do mesmo e para a venda do direito de superfície.-----

----- Mais se garante com a solução encontrada a continuidade de utilização pública da Rua Mário Botas, para tanto propõe-se a desafetação da parcela do domínio público e a concessão do direito de superfície do subsolo para fins mencionados, por 99 anos improrrogáveis.-----

----- No entanto, esta solução seria possível sem a desafetação do domínio público por recurso quer à figura da concessão de utilização privativa do domínio público, quer

parque de estacionamento. Claro está que esta opção limitaria o papel dos privados, designadamente quanto à natureza do título de utilização do terreno, quer pelo seu prazo máximo, considerando por outro lado que continua a haver uma rua aberta à circulação, bem típico do domínio público, entendendo que a opção pela manutenção do terreno no domínio público e a sua eventual concessão ao uso privativo e ou a concessão da obra pública, representaria porventura uma solução que melhor acautelaria o interesse público.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Os meus cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, aos restantes membros da Mesa, às Senhoras e Senhores Vereadores, caras e caros colegas, cidadãos e cidadãs também aqui presentes. -----

----- Esta intervenção tem um alcance muito curto e destina-se apenas a introduzir aqui uma distinção relevante. -----

----- Não é a mesma coisa tratar da alienação de património para obtenção de receitas extraordinárias e, aí sim compreende-se a reiterada intervenção do Deputado Municipal Vítor Gonçalves no sentido de apelar a um planeamento e até um critério, mas isto é algo bastante diferente de onerar património para uma finalidade específica, uma finalidade de apoio à utilização de um hospital, uma finalidade de resposta a uma situação carenciada de estacionamento. -----

----- No fundo, uma deliberação como uma que está aqui proposta, para resolver uma questão concreta, que está justificada em dois pareceres, ou um parecer conjunto da 1ª e da 8ª Comissão. Portanto, não há aqui nenhuma falta de transparência nem de esclarecimento, não há critério nenhum que seja necessário apurar ou aprofundar, o critério é este, servir o hospital, resolver um problema de estacionamento numa zona carenciada, resolver questões concretas da vida das pessoas.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Senhora Presidente eu só queria recordar que em 2006 o Regulamento do Património tinha 38 anos, hoje tem 48. Eu, por mais de uma vez referi aqui nesta Assembleia a necessidade de fazer um novo regulamento e propus de facto que fosse feito e atualizado um novo regulamento. -----

----- Custa-me a perceber é porque é que de repente, quando o regulamento tinha 38 anos ninguém falava em atualizá-lo e já estava tao desatualizado como agora e neste momento como tem 48, oh mãe, oh mãe, é preciso resolvê-lo de um dia para o outro. --

----- Mas queria já agora informar esta Assembleia do seguinte, o Projeto de Estratégia de Gestão Sustentável do Património Municipal está concluído, será apresentado não na próxima reunião de Câmara que é quarta-feira que vem, mas na reunião seguinte, para a Câmara depois se pronunciar sobre ele e seguir o seu caminho normal. O Projeto de Regulamento do Património está concluído e será também apresentado, não na próxima reunião pública de Câmara mas na reunião seguinte. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- A situação não tinha a ver com o que estava a ser discutido mas é que temos ficado continuamente sem som deste lado, o que nos tem dificultado a audição do que se está a passar, principalmente quando falam do outro lado e a voz não é projetada para aqui.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Isso tem que ser os serviços lá em cima que verifiquem o que é há de problema com o som. -----

----- Temos mais um pedido de palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A minha intervenção é em relação à intervenção do Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- De facto, dez anos para o Senhor Vereador não é nada, se não é nada hoje daqui a dez anos também é a mesma coisa, e depois a seguir aos dez anos seguintes também é a mesma coisa, e assim sucessivamente, porque dez anos não são nada. Dez anos na vida não são nada, ele está mais velho dez anos, eu estou mais velho dez anos e eu acho que estou bastante diferente do que estava há dez anos, como aliás todos aqueles que aqui estão. Mas para o Senhor Vereador isto não representa absolutamente nada, é indiferente, se há dez anos servia porque é que agora não há-de servir, há tanta coisa que me servia há dez anos que agora já não me serve, até porque estou mais gordo. ----

----- Como é que agora, como é que é possível o Senhor Vereador vir com este argumento? O que está em causa Senhor Vereador é que o Senhor Vereador comprometeu-se aqui, perante um requerimento ou uma intervenção da Senhora Deputada Helena Roseta, que até ao final do ano apresentaria o tal regulamento e agora não apresentou. E como disse o Deputado João Pinheiro, ah, isto é para um parque de estacionamento de um hospital. Tudo bem, é para o que for, o que é um facto é que é para uma hasta pública, é para uma hasta pública que está dirigida para um parque de estacionamento, portanto, uma hasta pública que está dirigida para aquele fim. -----

----- Portanto, como tudo, isto tinha que ser descortinado e tinha que ser através do regulamento novo, regulamento esse que já está prometido há muito tempo, está prometido há tempo demais. E não venha com desculpas Senhor Vereador, porque o defeito se é de alguém, é seu, não é de mais ninguém.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada Irene Lopes do PS pede a palavra, na primeira fila, é a Senhora Presidente da 1ª Comissão, isto foi das duas comissões.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Deputado José Casimiro do BE, ele está ligeiramente confuso. É que o que ficou pendente para algumas explicações do Senhor Vereador Manuel Salgado foi a Proposta 107/CM/2016 que diz respeito à alienação de terrenos na Amadora e não esta, esta foi aprovada na comissão.

----- Portanto, era este o esclarecimento. -----

----- Por outro lado, já agora manifestar a estranheza pelo facto de o Deputado Vítor Gonçalves, tanto tempo Vereador da Câmara, tanto tempo Deputado Municipal, só agora é que está altamente preocupado com a não revisão do Regulamento do Património Municipal. -----

----- É só uma estranheza, mais nada, obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados após estas trocas de opiniões, naturalmente estamos em condições de pôr à vossa votação a Proposta 112/CM/2016. Espero que já se esteja a ouvir melhor ali para os lados do MPT. Muito bem, vamos pôr à votação a Proposta 112/CM/2016, eu peço a vossa atenção porque há aqui erros materiais a corrigir. -----

----- Portanto, o número 1 diz ‘A desafetação do domínio público para o domínio municipal da parcela de terreno com a área de 2597,75 m², representada na planta anexa’, muito bem, ‘pelo valor de 12.988,25€’. Depois o número 2 é ‘lançamento de hasta pública para o direito de superfície em subsolo pelo prazo de 99 anos’ por aí fora, a seguir estrava outra vez número 2 e passa ser número 3 e nesse novo número 3 que era o anterior 2, segundo 2 que passa a ser 3, onde estava ‘o estudo urbanístico, programa e o caderno de encargos’ é só ‘o programa e o caderno de encargos’. Está identificada as emendas e depois naturalmente o número 3 passa a 4, o número 4 passa a 5 e o número 5 passa a 6. -----

----- Com estas correções, erros materiais, a proposta deve ser retificada depois pelos serviços antes de a mandarem para publicação para boletim e eu vou pôr à votação a proposta. Alguém pede votação em separado? Ninguém pede votação em separado, vamos pôr à votação a Proposta 112/CM/2016. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta nº 112/CM/2016**, apresentada pela CML. A Proposta n.º 112/CM/2016 foi **aprovada**, com votos contra de PSD, BE, abstenção de PCP, CDS-PP, PAN, MPT, PEV e votos a favor de PS, PNPN e 6IND. -----

----- (A **Proposta nº 112/CM/2016**, apresentada pela CML, fica anexado à presente ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Parecer conjunto da 1ª e 8ª Comissão** relativo à **Proposta nº 112/CM/2016**, apresentada pela CML, fica anexado à presente ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante) -----

----- Senhores Deputados chegámos ao fim, prematuro naturalmente, mas chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje. -----

DRAFT

----- Lembro-vos então a próxima sessão dia 3 de Maio, debate específico sobre transportes na primeira parte da sessão e logo veremos se estamos em condições de pôr mais matéria para a segunda parte da sessão, contamos então convosco no dia 3.---

----- E segunda-feira dia 2 ao meio-dia temos reunião da conferência de representantes.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A sessão terminou eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----